

HABEAS CORPUS Nº 567.969 - SP (2020/0072747-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WALTER SANTOS DE LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : WALTER SANTOS DE LIMA - SP250570
NELCIA TURBANO DE SANTANA - CE021840
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IRINEU FABIANO ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de IRINEU FABIANO ROCHA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no Agravo em Execução n. 7000274-34.2019.8.26.0047.

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso do *Parquet* estadual para cassar a decisão que determinou a progressão ao regime semiaberto, sem a realização de exame criminológico, com base na seguinte fundamentação:

"Em que pese ter sido realizada uma avaliação psicossocial do agravado, a isto não se pode denominar exame criminológico, posto que este exige a feitura de criteriosa e minuciosa análise interdisciplinar, executada por uma equipe composta pelo diretor da cadeia, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, para que seja possível apresentar um quadro real e fidedigno da personalidade do preso examinado." (fl. 64)

A defesa alega que o paciente possui bom comportamento carcerário e já foi submetido a exame criminológico, sendo desnecessária a realização de exame psiquiátrico.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o restabelecimento da progressão ao regime semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator